

Folha de S. Paulo – 10/01/2008

Mercado Aberto

Lula repete erros de 2001, diz Acende Brasil

guilherme.barros@uol.com.br

Apesar de o ministro interino das Minas e Energia, Nelson Hubner, ter negado o risco de racionamento de energia neste e no próximo ano, está marcada para hoje uma reunião do CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico), ligado ao ministério, para analisar a situação dos reservatórios das hidrelétricas e as medidas que podem ser adotadas para contornar o problema.

Se não há risco de uma crise de energia, por que então o diretor-geral da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), Jerson Kelman, teria declarado, na véspera, que não estaria descartada a hipótese de um racionamento?

Kelman, que ontem preferiu não se pronunciar, teria sugerido até a elaboração de um plano B para evitar uma situação parecida com a de 2001, quando o governo adotou um plano de racionamento.

Segundo **Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil**, que representa investidores privados em energia elétrica, um dos principais fatores que levaram o país a uma crise de escassez de energia em 2001 foi exatamente a falta de transparência do governo em relação à situação das hidrelétricas. O mesmo se repete agora.

Além das declarações contraditórias de autoridades do governo em relação à crise de energia, um grande exemplo de falta de transparência são a constituição e as funções exercidas pelo CMSE.

Em uma resolução de 20 de dezembro de 2007, assinada pelo ministro Hubner e publicada quatro dias depois no "Diário Oficial", o governo cria o CMSE, órgão subordinado ao Ministério das Minas e Energia, com poderes para desprezar recomendações técnicas tomadas pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), encarregado de monitorar o risco de apagão no país.

"Como sempre, a conta vai para o consumidor, que, a propósito, não tem a menor idéia do que está acontecendo", diz **Sales**.